



Legislação e Normas

As ligações incluídas na publicação estavam atualizadas a 31.07.2022.



Beekeeper
SAFETY

2

Legislação e Normas

- NP ISO 45001:2019_PT - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.
- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos.
- NP EN ISO 9000:2015-Pt - Sistemas de Gestão da Qualidade - Fundamentos e vocabulário.
- NP ISO 31000_2018_Pt - Gestão do risco Linhas de Orientação.
- NP EN31010:2016-PT - Gestão de Risco - Técnicas de Avaliação do Risco (ISO/IEC 31010:2009).



Enquadramento legal de segurança e saúde no trabalho (SST)

- Portaria n.º 121/2016 de 4 de maio - Revoga a Portaria n.º 112/2014, de 23 de maio, que regula a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos Agrupamentos de Centros de Saúde - ACES.
- Portaria n.º 71/2015 de 10 de março - Aprova o modelo de ficha de aptidão para o trabalho e revoga a Portaria n.º 299/2007, de 16 de março.
- Portaria n.º 275/2010 de 19 de maio - Estabelece as taxas aplicáveis aos processos de autorização de Serviços de SST.
- Portaria n.º 255/2010 de 5 de maio - Aprova o modelo do requerimento de autorização de serviço comum, de serviço externo e de dispensa de serviço interno de segurança e saúde no trabalho, bem como os termos em que o requerimento deve ser instruído.
- Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro - Aprova o Código do Trabalho e que o publica em anexo à presente lei e dela faz parte integrante. Com as alterações introduzidas por: Declaração de Retificação n.º 21/2009; Lei n.º 105/2009; Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 338/2010; Lei n.º 53/2011; Lei n.º 23/2012; Declaração de Retificação n.º 38/2012; Lei n.º 47/2012; Lei n.º 11/2013; Lei n.º 69/2013; Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 602/2013; Lei n.º 27/2014; Lei n.º 55/2014; Lei n.º 28/2015; Lei n.º 120/2015; Lei n.º 8/2016; Lei n.º 28/2016; Lei n.º 73/2017; Declaração de Retificação n.º 28/2017; Lei n.º 14/2018; Lei n.º 90/2019; Lei n.º 93/2019; Lei n.º 18/2021; Decreto Legislativo Regional n.º 23/2021/A; Lei n.º 83/2021; Lei n.º 1/2022.
- Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro - Estabelece o regime jurídico aplicável à:
 - a) Promoção da segurança e da saúde no trabalho, incluindo a prevenção, de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;
 - b) Proteção de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante em caso de atividades suscetíveis de apresentar risco específico de exposição a agentes, processos ou condições de trabalho, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 62.º do Código do Trabalho;
 - c) Proteção de menor em caso de trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são prestados, sejam prejudiciais ao seu desenvolvimento físico, psíquico e moral, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 72.º do Código do Trabalho.Com as alterações introduzidas por: Lei n.º 42/2012; Lei n.º 3/2014; Declaração de Retificação n.º 20/2014; Decreto-Lei n.º 88/2015; Lei n.º 146/2015; Lei n.º 28/2016; Lei n.º 79/2019; Decreto-Lei n.º 20/2020.
- Portaria n.º 257/2014 de 11 de dezembro - Fixa o pagamento de taxas para a certificação de entidades formadoras para cursos de formação de técnico superior e técnico de segurança no trabalho e revoga a Portaria n.º 137/2001, de 1 de março.
- Lei n.º 42/2012 de 28 de agosto - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho e procede à primeira alteração à Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro, que aprova o Regime Jurídico ao revogar o n.º 3 do artigo 100.º.



4

Legislação e Normas

Proteção especial de SST de grupos específicos de trabalhadores

- Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro - Artigos 50º a 60º - Regulamenta as atividades proibidas / atividades condicionadas a trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes, previstas no artigo 62º da Lei nº 7/2009 de 12 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2015 de 28 de maio.
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro - Código do Trabalho - Artigo 62º - Prevê um regime de proteção especial de segurança e saúde no trabalho às trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes.

Acidentes de trabalho e Doenças Profissionais

- Portaria n.º 22/2018 de 18 de janeiro - Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho e revoga a portaria n.º 97/2017 de 7 de março.
- Decreto-Lei n.º 107/2015 de 16 de junho - suspende o regime de atualização anual do valor das pensões por incapacidade permanente e por morte resultantes de acidente de trabalho, previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril (alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 382 -A/99, de 22 de setembro, e 185/2007, de 10 de maio - vigora de 1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 - e revoga a Portaria n.º 378-C/2013, de 31 de dezembro).
- Portaria n.º 256/2011 de 5 de julho - Aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respetivas condições especiais uniformes.
- Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro - Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais (nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) com as alterações introduzidas por: Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 172/2014 de 10 de março; Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 173/2014 de 12 de março; Lei n.º 83/2021 de 6 de dezembro.
- Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro - Código do Trabalho - Artigo 283º (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 73/2017) e 284º - Prevê o direito à reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.
- Decreto Regulamentar n.º 6/2001 de 5 de maio - Aprova a lista das doenças profissionais e o respetivo índice codificado. alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 76/2007 de 17 de julho .
- Decreto-Lei n.º 159/99 de 11 de maio - Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 382-A/99, de 22 de setembro.
- Decreto-Lei n.º 2/82 de 5 de janeiro - Determina a obrigatoriedade da participação de todos os casos de doença profissional à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais.



Locais de trabalho

- Portaria n.º 987/93 de 6 de outubro - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho.
- Decreto-Lei n.º 347/93 de 1 de outubro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/654/CEE, do Conselho, de 30 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho.
- Decreto-Lei n.º 53/71 de 3 de fevereiro - Aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais.
- Portaria n.º 949-A/2006 de 29 de dezembro - Fixa as regras técnicas das instalações eléctricas de baixa tensão.
- Portaria n.º 1532/2008 de 29 de dezembro - Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE), aprovado pela Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, cujo anexo é alterado pela Portaria n.º 135/2020 de 2 de junho.

Agentes biológicos

- Decreto-Lei n.º 102-A/2020 de 9 de dezembro - Altera as prescrições mínimas de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes biológicos durante o trabalho e transpõe as Diretivas (UE) 2019/1833 e 2020/739.
- Decreto-Lei n.º 84/97 de 16 de abril - Transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas do Conselho n.º 90/679/CEE, de 26 de Novembro, e 93/88/CEE, de 12 de Outubro, e a Diretiva n.º 95/30/CE, da Comissão, de 30 de junho, relativas à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos resultantes da exposição a agentes biológicos durante o trabalho. Com as alterações introduzidas por: Lei n.º 113/99 de 3 de agosto e Decreto-Lei n.º 102-A/2020 de 9 de dezembro.

Agentes Físicos

Ruído

- Decreto-Lei n.º 182/2006 de 6 de setembro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído).

Vibrações

- Decreto-Lei n.º 46/2006 de 24 de fevereiro - Transpõe para a ordem jurídica a Diretiva n.º 2002/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa às prescrições mínimas de proteção da saúde e segurança dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a agentes físicos (vibrações).



Beekeeper
SAFETY

6

Legislação e Normas

Agentes químicos

Enquadramento Geral

- Decreto-Lei n.º 24/2012 de 06 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 1/2021 de 06 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 41/2018 de 11 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 88/2015 de 28 de maio - consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2019.
- Decreto-Lei n.º 35/2020 de 13 de julho - Procede à segunda alteração ao Decreto-lei n.º 301/2000 de 18 de novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 88/2015 de 28 de maio e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) n.º 2017/2398 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2017, a Diretiva (UE) n.º 2019/130 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de janeiro de 2019, e a Diretiva (UE) n.º 2019/983 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019, que alteram a Diretiva (UE) n.º 2004/37/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.
- Decreto-Lei n.º 301/2000 de 18 de novembro - Regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.
- Decreto-Lei n.º 479/85 de 13 de novembro e Decreto-Retificativo n.º 26/86 de 31 de janeiro - Fixa as substâncias, os agentes e os processos industriais que comportam risco cancerígeno, efetivo ou potencial, para os trabalhadores profissionalmente expostos.

Rotulagem de Produtos Químicos

- Decreto-Lei n.º 220/2012 de 10 de outubro - Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, adiante designado por Regulamento CLP, que altera e revoga as Diretivas n.ºs 67/548/CEE e 1999/45/CE e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006, adiante designado por Regulamento REACH. Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 9/2021 de 29 de janeiro.
- Decreto-Lei n.º 98/2010 de 11 de agosto - Estabelece o regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista à sua colocação no mercado, transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, e transpõe a Diretiva n.º 2006/121/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro.



Equipamento de trabalho

- Decreto-Lei n.º 221/2006 de 8 de novembro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 2000/14/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de maio, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior.
- Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 de fevereiro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, e revoga o Decreto-Lei n.º 82/99 de 16 de março.

Segurança de máquinas novas

- Decreto-Lei n.º 103/2008 de 24 de junho - Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respectivos acessórios, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio, relativa às máquinas e que altera a Diretiva n.º 95/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de junho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes aos ascensores. Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 9/2021 de 29 de janeiro e Decreto-Lei n.º 75/2011 de 20 de junho.

Segurança de máquinas usadas

- Portaria n.º 172/2000 de 23 de março - Define a complexidade e características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade.
- Decreto-Lei n.º 214/95 de 18 de agosto - Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas, visando a proteção da saúde e segurança dos utilizadores e de terceiros. Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 9/2021.

Equipamentos de proteção individual

- Regulamento (UE) n.º 2016/425 de 9 de março - Revoga a Diretiva n.º 89/686/CEE do Conselho de 21 de dezembro, relativo aos equipamentos de proteção individual.
- Lei n.º 113/99 de 3 de agosto - Desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação da legislação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho em certos sectores de atividades ou a determinados riscos profissionais.
- Portaria n.º 1131/93 de 4 de novembro - Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual (EPI). Com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 109/96 de 10 de abril e Portaria n.º 695/97 de 19 de agosto.



8

Legislação e Normas

- Portaria n.º 988/93 de 6 de outubro - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Proteção Individual, previstas no Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de outubro. Com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 208/2021 de 06 de outubro.
- Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de outubro - Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de proteção individual no trabalho.
- Decreto-Lei n.º 139/95 de 14 de junho - Altera diversa legislação no âmbito dos requisitos de segurança e identificação a que devem obedecer o fabrico e comercialização de determinados produtos e equipamentos.

Movimentação manual de cargas

- Lei n.º 113/99 de 3 de agosto - Desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação da legislação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho em certos sectores de atividades ou a determinados riscos profissionais.
- Decreto-lei n.º 330/93 de 25 de setembro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 90/269/CEE, do Conselho, de 29 de maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas

Sinalização de segurança

- Decreto-Lei n.º 88/2015 de 28 de maio - Transpõe a Diretiva n.º 2014/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, que altera as Diretivas n.ºs 92/58/CEE, 92/85/CEE, 94/33/CE, 98/24/CE do Conselho e a Diretiva n.º 2004/37/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a fim de as adaptar ao Regulamento (CE) n.º 1272/2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas. altera: o Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de junho, que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho, alterado pela Lei n.º 113/99, de 3 de agosto; a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, alterada pelas Leis n.ºs 42/2012, de 28 de agosto e 3/2014, de 28 de janeiro; o Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro, que consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2009; e o Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro, que regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.
- Portaria n.º 1456-A/95 de 11 de dezembro - Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho, previstas no Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de junho. Revoga a Portaria n.º 434/83, de 15 de Abril. Com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 178/2015.
- Decreto-lei n.º 141/95 de 14 de junho - Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.



Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento

- Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro - Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento.

Legislação no âmbito do PAN 2020-2022

Legislação Comunitária

- Regulamento (UE) n.º 1308/2013 de 17 de dezembro - Estabelece uma Organização Comum dos Mercados Agrícolas e revoga o Regulamento (CEE) n.º 922/72, o Regulamento (CEE) n.º 234/79, o Regulamento (CE) n.º 103797/2001, o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho. Alterado por: Regulamentos (UE) n.º 1310/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, Regulamento (UE) n.º 2016/791, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio, Regulamento (UE) n.º 2016/1166, da Comissão, de 17 de maio; Regulamento Delegado (UE) n.º 2016/1226, da Comissão, de 4 de maio; Regulamento (UE) n.º 2017/2392, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro; Regulamento (UE) n.º 2020/2220, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de dezembro de 2020 e Regulamento (UE) n.º 2021/2117, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de dezembro.
- Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/1366 de 11 de maio - que completa o Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às ajudas no setor da apicultura.
- Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/1368 de 06 de agosto - Estabelece as regras de execução do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, no que se refere às ajudas no setor da apicultura. Alterado pelo Regulamento de Execução (UE) n.º 2021/166, da Comissão, de 10 de fevereiro de 2021.
- Decisão de Execução (UE) n.º 2019/974 de 12 de junho - Aprova os programas nacionais de melhoria da produção e da comercialização de produtos da apicultura, apresentados pelos Estados-Membros nos termos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro (Aprova o Programa Apícola Nacional (PAN) para o triénio de 2020-2022).
- Decisão de Execução (UE) n.º 2021/974 de 9 de junho - Aprova a alteração dos programas nacionais de melhoria da produção e da comercialização de produtos da apicultura, apresentados pelos Estados-Membros nas redacções atuais.

Legislação nacional

- Lei n.º 123/97 de 13 de novembro - Estabelece as bases do interprofissionalismo agro-alimentar.
- Portaria n.º 967/98 de 12 de novembro - Estabelece as regras de aplicação do regime de reconhecimento das organizações interprofissionais previsto na Lei n.º 123/97, de 13 de Novembro.



Beekeeper
SAFETY

10

Legislação e Normas

- [Decreto-lei n.º203/2005 de 25 de novembro](#) - Estabelece o regime jurídico do ordenamento e sanidade apícolas, revogando o Decreto-Lei n.º 37/2000, de 14 de Março, que estabeleceu o regime jurídico da atividade apícola, e o Decreto-Lei n.º 74/2000, de 6 de Maio, que criou normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas da espécie *Apis mellifera*.
- [Portaria n.º 298/2019 de 9 de setembro](#) - Estabelece as regras nacionais complementares de reconhecimento de organizações de produtores e respetivas associações previstas no capítulo III do título II da parte II do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Regulamento (UE) n.º 2017/2393, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, e de organizações de comercialização de produtos da floresta. Com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 55-B/2019 de 8 de novembro e Portaria n.º 141/2021 de 8 de julho.
- [Portaria n.º 325-A/2019 de 20 de setembro](#) - Estabelece as regras nacionais complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional (PAN) relativo ao triénio 2020-2022, aprovado pela Decisão de Execução (UE) n.º 2019/974, da Comissão, de 12 de junho, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1208/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro; do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/1366, da Comissão, de 11 de maio e do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/1368, da Comissão, de 6 de agosto. Com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 387-A/2021 de 25 de outubro, pela Portaria n.º 122-B/2021 de 17 de junho e pela Portaria n.º 160/2022 de 15 de junho.
- [Portaria n.º 105-B/2020 de 30 de abril](#) - Estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID -19, aplicáveis ao ano 2020 do Programa Apícola Nacional, (PAN) relativo ao triénio 2020-2022, regulamentado, a nível nacional, pela Portaria n.º 325 -A/2019 de 20 de setembro e alterada pela Portaria n.º 387 -A/2019 de 25 de outubro.
- [Portaria n.º 273-B/2020 de 25 de novembro](#) - Estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID-19, aplicáveis ao ano de 2021, do Programa Apícola Nacional (PAN) relativo ao triénio de 2020-2022, regulamentado, a nível nacional, pela Portaria n.º 325-A/2019, de 20 de setembro, alterada pela Portaria n.º 387-A/2019, de 25 de outubro.

Legislação Relativa ao Sector

Nacional

- [Decreto-Lei n.º 1/2007 de 02 de janeiro](#) - Estabelece as condições de funcionamento dos locais de extração e processamento de mel e outros produtos da apicultura destinados ao consumo humano, complementares aos Regulamentos (CE) n.ºs 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, instituindo o respectivo regime e condições de registo e aprovação. Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 9/2021 de 29 de janeiro.
- [Decreto-Lei n.º 214/2003 de 18 de dezembro](#) - Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/110/CE, do Conselho, de 20 de Dezembro, relativa ao mel. Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 126/2015 de 7 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 2/2021 de 7 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 9/2021 de 29 de janeiro.



- [Decreto-Lei n.º 203/2005 de 25 de novembro](#) - Estabelece o regime jurídico do ordenamento e sanidade apícolas, revogando o Decreto-Lei n.º 37/2000, de 14 de março, que estabeleceu o regime jurídico da atividade apícola, e o Decreto-Lei n.º 74/2000, de 6 de maio, que criou normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas da espécie *Apis mellifera*.
- [Despacho n.º 14536/2006 de 10 de julho](#) - Fixa os termos e os montantes a atribuir por indemnização em caso de abate sanitário de colónias de abelhas, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 203/2005 de 25 de novembro.
- [Despacho Normativo n.º 23/2008 de 18 de abril](#) - O presente diploma estabelece as regras complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional, abreviadamente designado por PAN, aprovado pela Decisão da Comissão C (2007) 3803 final, de 10 de agosto de 2007, nos termos do Regulamento (CE) n.º 797/2004, do Conselho, de 26 de abril e do Regulamento (CE) n.º 917/2004, da Comissão, de 29 de Abril. Com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 24/2009 de 3 de julho que estabelece alterações às regras complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional, abreviadamente designado por PAN, aprovado pela Decisão da Comissão C (2007) 3803 final, de 10 de agosto de 2007, nos termos do Regulamento (CE) n.º 797/2004, do Conselho, de 26 de abril, e do Regulamento (CE) n.º 917/2004, da Comissão, de 29 de Abril e regulamentado pelo Despacho Normativo n.º 23/2008 de 18 de abril.
- [Decreto-Lei n.º 148/2008 de 29 de julho](#) - Assegura a execução e garantir o cumprimento, no ordenamento jurídico nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1084/2003, da Comissão, de 3 de junho, relativo à análise da alteração dos termos das autorizações de introdução no mercado de medicamentos para uso humano e medicamentos veterinários, concedidas pelas autoridades competentes dos Estados membros, na parte relativa aos medicamentos veterinários.
- [Portaria n.º 74/2014 de 20 de março](#) - Regulamenta as derrogações e medidas nacionais previstas no Regulamento (CE) n.º 852/2004 e 853/2004, ambos, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, e estabelece critérios para a aplicação de flexibilidade nos procedimentos de amostragem previstas no Regulamento (CE) n.º 2073/2005, da Comissão, de 15 de novembro e suas alterações, para determinados géneros alimentícios.
- [Despacho n.º 4809/2016 de 8 de abril](#) - Estabelece Forma e prazo de realização da declaração de existências da atividade apícola. Revoga o Despacho n.º 3838/2006, de 3 de fevereiro.
- [Decreto-Lei n.º 113/2006 de 12 de junho](#) - Estabelece regras de execução de forma a garantir o cumprimento, no ordenamento jurídico nacional, das obrigações decorrentes dos Regulamentos (CE) n.ºs 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios e às regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal, respectivamente, a seguir designados por regulamentos. Com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 49/2006 de 11 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 223/2008 de 18 de dezembro.

Comunitária

- [Regulamento \(CE\) n.º 852/2004 de 29 de abril](#) - Relativo à Higiene dos géneros Alimentícios. Alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1019/2008 de 17 de outubro, pelo Regulamento (CE) n.º 219/2009 de 11 de março e Regulamento (UE) 2021/382 de 3 de março.



12

Legislação e Normas

- [Regulamento \(CE\) n.º 853/2004 de 29 de abril](#) - Estabelece as regras específicas de higiene aplicáveis ao géneros alimentícios de origem animal, e respetivas alterações.
- [Regulamento \(UE\) n.º 1308/2013 de 17 de dezembro](#) - Estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas e revoga o Regulamento (CEE) n.º 922/72 de 2 de maio, o Regulamento (CEE) n.º 234/79 de 5 de fevereiro, o Regulamento (CE) n.º 103797/2001 e o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 de 22 de outubro, com as respetivas alterações.
- [Regulamento Delegado \(UE\) n.º 2015/1366 de 11 de maio](#) - Completa o Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, no que se refere às ajudas no setor da apicultura.